



**ESCOLA PROFISSIONAL
DE TONDELA**

Cofinanciado por:



UNÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



**SELO DE
CONFORMIDADE
EQAVET**

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 1/23

**AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA O CENTRO
TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO INDUSTRIAL A INSTALAR NA ESCOLA
PROFISSIONAL DE TONDELA**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1/23
9/2

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de infraestrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado Industrial - Componente 6 "Qualificações e Competências" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado pela Decisão de Execução do Conselho da União Europeia de 16 de junho de 2021, previsto no Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, na versão em vigor, adiante designado por CCP

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Escola Profissional de Tondela, CIPRL, com sede em Avenida Visconde de Tondela, n.º28, 3460 – 616 TONDELA, com o número de telefone 232819410 e com o endereço eletrónico geral@eptondela.net.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Administrativo da entidade adjudicante, em 26 de setembro de 2023, no uso de competência própria [nos termos do artigo 36.º do CCP e artigo 38º, al. c), do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho].
2. Previamente à decisão de contratar foi:
 - a) obtida, em 30 de março de 2023, a aprovação da candidatura submetida ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (aviso Nº 01/C06-i01.01/2022), mediante Termo de Aceitação da operação com referência 1381;
 - b) efetuada consulta preliminar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A, do CCP, cujo conteúdo incorporou a proposta de orçamento apresentada em sede de processo de candidatura no aviso PRR Nº 01/C06-i01.01/2022, devidamente aprovada. A informação pertinente resultante da referida consulta preliminar será, caso seja solicitada, disponibilizada, após o termo do prazo de apresentação de propostas, aos concorrentes do procedimento.



CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 4.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Programa e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados pelos interessados ao Júri designado pela entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até às 23h:59m do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados, serão prestados, pelo mesmo meio apresentado no número anterior, até às 23h:59m do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 5.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser submetidas eletronicamente até às 23h:59m do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para Diário da República quanto ao presente procedimento, através da plataforma eletrónica acingov.pt (www.acingov.pt)
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a submissão das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 6.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no terceiro dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (ver Anexo I ao presente Programa de concurso);
 - b) Declaração de preço contratual, elaborada em conformidade com o Anexo II ao presente Programa de concurso;
 - c) Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos, incluindo a descrição das características técnicas das soluções tecnológicas, identificando a marca e modelo (part number) dos equipamentos e mobiliário propostos, elaborada em conformidade com o Anexo III ao presente Programa de concurso;
 - d) Certificados ou catálogos comprovativos dos requisitos e especificações técnicas definidos no Caderno de Encargos e no Anexo I, Anexo II e Anexo III ao mesmo;
 - e) Declaração de independência da proposta (Anexo IV ao presente Programa de concurso);
 - f) Declaração de inexistência de conflito de interesses (Anexo V ao presente Programa de concurso).
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, sendo admissível a apresentação de documentos em inglês quando o documento original for da autoria de um terceiro, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
3. Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante das declarações referidas no n.º 1, como por exemplo Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações no n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas



O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 10.º

1. A adjudicação de cada Lote será efetuada na modalidade multifator, segundo os seguintes fatores, devendo a proposta apresentar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os atributos infra indicados:

- i) Preço – 40%;
- ii) Adequação técnico-funcional – 60%

A pontuação final resultará da aplicação da seguinte equação ponderando as pontuações obtidas em cada um dos fatores:

$$Pf = 0.4 Pi + 0.6 Pt$$

Sendo:

Pf = Pontuação final resultado da média ponderada

Pi = Pontuação de cada proposta relativa ao Preço

Pt = Pontuação de cada proposta relativa à adequação técnico-funcional

A proposta a adjudicar será aquela à qual corresponder o maior valor de Pf.

Relativamente ao método de pontuação, cada um dos fatores referidos anteriormente será valorado de 0 a 20.

1.1 PREÇO

Avaliação do Preço resulta da aplicação do seguinte método:

$$Pi = 20 - (20 \times (\text{Preço da proposta} / \text{Preço base do procedimento}))$$

Valores superiores ao Preço Base do concurso - Excluído

1.2 ADEQUAÇÃO TÉCNICO-FUNCIONAL

A avaliação da adequação técnica dos equipamentos didáticos (**Pt**), tem como objetivo fundamental considerar diversos fatores que garantam e atendam aos objetivos educacionais e proporcione uma experiência de aprendizagem eficaz e motivadora. Seguem-se os critérios de valorização para aferir a adequação técnica funcional dividida por lotes (Lote 1 e Lote 2):

1.2.1 Lote 1

1.2.1.1 Critério de Valorização: Certificação ISO 9001

Subcritérios:

0 pontos – Nenhuma certificação



2 pontos - Certificação ISO 9001 recentemente obtida ou renovada, demonstrando desta forma compromisso com a qualidade.

3 pontos – Certificação ISO 9001 válida e atualizada, mantida por mais de 4 anos consecutivos, destacando desta forma o compromisso consistente com a qualidade ao longo do tempo.

4 pontos – Certificação ISO 9001 válida e atualizada, mantida por mais de 4 anos consecutivos em áreas relacionadas à formação profissional e comercialização de equipamentos para a formação técnica, destacando desta forma um compromisso consistente, contínuo com a qualidade em contextos de ambiente didático.

1 pontos: Todas as variâncias não enquadráveis nos subcritérios acima mencionados.

Nota: Cada uma das propostas será enquadrada apenas num destes subcritérios. Não podem ser somados os subcritérios.

1.2.1.2 Critério de Valorização: Formação disponibilizada

1 pontos: Valorizamos a disponibilidade de plataformas de e-learning que oferecem formação técnica nas áreas de eletrónica e automação, com possibilidade de obtenção do respetivo certificado emitido pelo fabricante.

2 pontos: Valoriza-se entidades adjudicantes certificadas (DGERT), nas áreas de formação em eletrónica e automação, sem recurso a outsourcing.

1 pontos: disponibilidade de exercícios e conteúdos didáticos para os professores

1.2.1.3 Critério de Valorização: Manutenção/Assistência

1 pontos: Assistência técnica (reparação e/ou recolha e/ou substituição) em 72 horas.

1 pontos: Disponibilidade de Suporte Técnico no local em dias úteis em 48 horas após abertura de pedido de suporte.

1 pontos: Disponibilidade de Suporte Técnico com recurso a telefone/ email ou outro canal de assistência, em dias úteis em 24 horas após abertura de pedido de suporte.

1.2.1.4 Critério de Valorização: Proficiência evidenciada

3 pontos: Evidência de experiência comprovada em mais de 5 anos contínuos no fornecimento de soluções didáticas iguais ou idênticas às propostas em diferentes entidades de ensino (Universidades; Centros de Formação Profissional; Escolas, Institutos e Centros de Investigação).

1.2.1.5 Critério de Valorização: Qualidade do projeto apresentado

0,5 pontos: Identificação das áreas tecnológicas incluídas nos equipamentos propostos.

0,5 pontos: Identificação das competências didáticas trabalháveis nos equipamentos propostos.

2 pontos: Relevância para os Objetivos de Aprendizagem (O equipamento deve estar alinhado com os objetivos educacionais específicos das disciplinas ou cursos, proporcionando uma experiência prática que fortaleça os conceitos teóricos.)



1.2.1.6 Critério de Valorização: Continuidade

3 Pontos: Será valorizado equipamento de catálogo, entendendo-se por tal que fazem parte da linha de produtos estabelecida e estável do fabricante, com características e especificações documentadas e prontamente disponíveis para potenciais interessados. Nesse contexto, e ao considerarmos a necessidade de soluções de continuidade, dar-se-á menor prioridade a propostas que envolvam equipamentos a serem construídos ou protótipos, independentemente do compromisso de atender aos requisitos técnicos.

1.2.2 Lote 2

1.2.2.1 Critério de Valorização: Certificação ISO 9001

Subcritérios:

0 pontos – Nenhuma certificação

2 pontos - Certificação ISO 9001 recentemente obtida ou renovada, demonstrando desta forma compromisso com a qualidade.

3 pontos – Certificação ISO 9001 válida e atualizada, mantida por mais de 4 anos consecutivos, destacando desta forma o compromisso consistente com a qualidade ao longo do tempo.

4 pontos – Certificação ISO 9001 válida e atualizada, mantida por mais de 4 anos consecutivos em áreas relacionadas à formação profissional e comercialização de equipamentos para a formação técnica, destacando desta forma um compromisso consistente, contínuo com a qualidade em contextos de ambiente didático.

1 pontos: Todas as variâncias não enquadráveis nos subcritérios acima mencionados.

Nota: Cada uma das propostas será enquadrada apenas num destes subcritérios. Não podem ser somados os subcritérios.

1.2.2.2 Critério de Valorização: Formação disponibilizada

1 pontos: Valorizamos a disponibilidade de plataformas de e-learning que oferecem formação técnica nas áreas de eletrónica e automação, com possibilidade de obtenção do respetivo certificado emitido pelo fabricante.

2 pontos: Valoriza-se entidades adjudicantes que demonstrem certificado CE do fabricante para o equipamento proposto, nas áreas de formação em mecatrónica automóvel, sem recurso a outsourcing.

1 pontos: disponibilidade de exercícios e conteúdos didáticos para os professores

1.2.2.3 Critério de Valorização: Manutenção/Assistência

1 pontos: Assistência técnica (reparação e/ou recolha e/ou substituição) em 72 horas.

1 pontos: Disponibilidade de Suporte Técnico no local em dias úteis em 48 horas após abertura de pedido de suporte.

1 pontos: Disponibilidade de Suporte Técnico com recurso a telefone/ email ou outro canal de assistência, em dias úteis em 24 horas após abertura de pedido de suporte.

1.2.2.4 Critério de Valorização: Proficiência evidenciada



3 pontos: Evidência de experiência comprovada em mais de 5 anos contínuos no fornecimento de soluções didáticas iguais ou idênticas às propostas em diferentes entidades de ensino (Universidades; Centros de Formação Profissional; Escolas, Institutos e Centros de Investigação).

1.2.2.5 Critério de Valorização: Qualidade do projeto apresentado

0,5 pontos: Identificação das áreas tecnológicas incluídas nos equipamentos propostos.

0,5 pontos: Identificação das competências didáticas trabalháveis nos equipamentos propostos.

2 pontos: Relevância para os Objetivos de Aprendizagem (O equipamento deve estar alinhado com os objetivos educacionais específicos das disciplinas ou cursos, proporcionando uma experiência prática que fortaleça os conceitos teóricos.)

1.2.2.6 Critério de Valorização: Continuidade

3 Pontos: Será valorizado equipamento de catálogo, entendendo-se por tal que fazem parte da linha de produtos estabelecida e estável do fabricante, com características e especificações documentadas e prontamente disponíveis para potenciais interessados. Nesse contexto, e ao considerarmos a necessidade de soluções de continuidade, dar-se-á menor prioridade a propostas que envolvam equipamentos a serem construídos ou protótipos, independentemente do compromisso de atender aos requisitos técnicos.

2. Em caso de empate entre as propostas, será ordenada em posição mais elevada a proposta que obtiver melhor pontuação no fator “Preço”, seguida, persistindo o empate, da melhor pontuação no fator “adequação técnico-funcional”.
3. Caso o empate persista após aplicação do critério de desempate que antecedeu, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida Ata a assinar por todos os intervenientes.
4. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 (três) dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
5. A adjudicação será realizada por Lotes, valendo para cada Lote, o critério de adjudicação e desempate referidos nos pontos anteriores.

Artigo 11.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 12.º

Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.

2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 13.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 14.º

Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO

Artigo 15.º

Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de



- d) funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
2. O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
3. Quando o Adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.

Artigo 17.º

Caução

1. Não é exigida a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a 500.000€, nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso seja adjudicado mais de um lote a determinado concorrente, e seja celebrado um contrato único respeitante aos lotes adjudicados, em valor superior àquele liminar, o adjudicatário deve prestar a caução devida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 1% do preço contratual, em benefício da Escola Profissional de Tondela CIPRL, devendo comprovar essa prestação no dia imediatamente subsequente, observando-se os termos dos números seguintes.
3. A caução pode ser prestada através de depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária on first demand ou seguro caução.

Artigo 18.º

Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível na página eletrónica www.acingov.pt.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

Artigo 19.º

Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

Artigo 20.º

Agrupamentos

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta.
3. Qualquer alteração na composição do agrupamento concorrente terá de ser autorizada previamente pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do agrupamento, em qualquer fase do procedimento.
4. Os membros de um agrupamento não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros do agrupamento concorrente que seja Adjudicatário, têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 16.º que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 81.º do CCP.
6. Quando for o caso, cada um dos membros que integra o agrupamento concorrente, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.
7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento Adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo os seus membros indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
8. Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;
 - b) Assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, através do preenchimento da declaração que constitui o Anexo VI ao presente Programa;
 - c) Designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta,

instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem, nos termos do Anexo VII ao presente Programa.

Artigo 21.º

Proteção de dados

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
3. Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para o endereço indicado no artigo 1.º deste Programa, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
4. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 22.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no CCP.

Tondela, 10 de outubro de 2023



A Direção da Escola Profissional de Tondela

Luís J. S. Silva
07-11-2020

ANEXO I

Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/> ou outros links que são disponibilizados noutros estados membros e utilizando o ficheiro "DEUCP CPI-1-2023" junto ao presente Programa.



ANEXO II

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR, a que correspondem os seguintes preços unitários:

LOTE X

Part number	Descrição	Preço unitário	Quantidade	Valor total
XXXXX				
XXXXX				
XXXXX				
XXXXX				
XXXXX				
Total				

Preço Global da Proposta: (expresso em euros e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), é indicado em algarismos e por extenso).

... (local),... (data),... [assinatura]



ANEXO III

**Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos a que se refere a alínea c)
do n.º 1 do artigo 7.º**

i. Identificação do Concorrente

Denominação Social:

Número de Identificação Fiscal (NIF):

ii. Proposta de bens

Lote X

XXXXXX

Identificação do bem	Descrição das características técnicas das soluções tecnológicas, equipamentos e mobiliário
----------------------	---

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

Handwritten signature and initials

ANEXO IV

Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que no âmbito do aludido procedimento inexistiu qualquer tipo de comunicação e/ou de relação direta ou indireta tida entre a sua representada (2) e as suas concorrentes na apresentação de proposta, tendo por objeto ou efeito, práticas restritivas da concorrência, por conluio ou concertação entre empresas, em infração ao regime jurídico da concorrência nacional (artigo 9.º da Lei nº 19/2012 de 8 de maio), “Lei da Concorrência”) e europeu (artigos 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, “TFEU”).

O candidato declara estar consciente e informado de que a violação do artigo 9.º da Lei da Concorrência e, se aplicável, do artigo 101.º do TFEU, por acordos ou práticas concertadas entre empresas que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência, constitui contraordenação punível com coima i) às empresas infratoras, até 10% do seu volume de negócios total e ii) aos respetivos administradores e gestores, até 10% da sua remuneração anual, assim como, sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei da Concorrência, que preveem, entre outras, a possibilidade de “privação do direito de participar em procedimentos de formação de contratos” durante um período máximo de dois anos (artigos 67.º e seguintes da Lei da Concorrência)

Mais declara que, não apresenta qualquer especial relacionamento com as suas concorrentes na apresentação de proposta, nomeadamente, a partilha com aquelas, ainda que apenas parcialmente, de representantes legais ou sócios, ou a existência quanto às mesmas da relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, estando consciente e informado de que a sua participação, encontrando-se em alguma das situações previstas no artigo 113.º ou no n.º 2 do artigo 114.º do CCP, no momento da apresentação da respetiva proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave punível com coima, nos termos do artigo 456.º do CCP.

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ANEXO V

Declaração de conflito de Interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que

a) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

b) Não detém qualquer participação social ou interesses nas associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

c) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com o exercício das atribuições e competências da entidade adjudicante e que possa originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

d) Se ao longo da prestação dos serviços / do fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, compromete-se a informar a entidade adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação;

e) Não existe conflito de interesse com os demais concorrentes do presente procedimento, ou com familiares destes, que ponha em causa a sua garantia de independência;

f) Não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias / no fornecimento dos bens (selecionar consoante o tipo de contrato) necessários à boa execução do contrato;

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

ANEXO VI

Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “aquisição de infraestrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado Industrial”, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 8 do artigo 20.º do Programa do Concurso, assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, e que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente, a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do Contrato objeto do referido concurso.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de Consórcio Externo, designarem como Chefe do Consórcio [identificação], a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e a esta dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato que eventualmente venha a ser celebrado.
... (local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

ANEXO VII

Instrumento de Mandato

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “aquisição de infraestrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado Industrial”, vêm, nos termos e para efeitos da alínea c) n.º 8 do Artigo 20.º do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas [identificar Representante Comum do Agrupamento que deverá ser pessoa singular], a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos.

(local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

